



**10º Encontro Internacional de Política Social**  
**17º Encontro Nacional de Política Social**  
**Tema: Democracia, participação popular e novas resistências**  
Vitória (ES, Brasil), 27 a 29 de agosto de 2024

**Eixo: Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional**

**A atuação de assistentes sociais junto a imigrantes**

**Camila Bianchi Silva<sup>1</sup>**  
**Jaqueline Miranda dos Reis Santos<sup>2</sup>**

**Resumo:** Considerando o avanço da globalização e os constantes fluxos de capitais, mercadorias e pessoas, esse trabalho objetiva observar como tem ocorrido o atendimento de assistentes sociais a imigrantes no Brasil, para perceber as potencialidades de tal interação. Para tanto, foi realizada análise de cinco produções acadêmicas, majoritariamente na área da Assistência Social, que partem da perspectiva dos trabalhadores do Serviço Social diante desse segmento populacional. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa de caráter exploratório.

**Palavras-chave:** Assistente Social; Imigrantes; Neoliberalismo.

**The work of social workers with immigrants**

**Abstract:** Considering the advancement of globalization and the constant flows of capital, goods and people, this work aims to observe how social workers provide assistance to immigrants in Brazil, to understand the potential of such interaction. To this end, an analysis of five academic productions was carried out, mostly in the area of Social Assistance, which are based on the perspective of Social Service workers in this population segment. This is a bibliographic and documentary research, with a qualitative approach of an exploratory nature.

**Keywords:** Social Worker; Immigrants; Neoliberalism.

**1 Introdução**

Os processos migratórios na conjuntura atual se estabelecem enquanto fenômenos marcados pela violência, em seu sentido amplo, mas também como estratégia imediata de sobrevivências para aqueles/as que migram. Nesse cenário, no desenho da Seguridade Social brasileira, a política de Assistência Social se mostra como campo dos serviços de acesso e necessidade para essa população, visto que a Assistência Social no Brasil é para quem dela necessitar, brasileiro/a ou estrangeiro/a (BRASIL, 2023). Assim, imigrantes tem espaço na Assistência social brasileira e, logo, torna-se urgente seu reconhecimento como sujeitos que tem direitos a gozar, assim como lugar nas políticas sociais. Em geral, é através destas que imigrantes têm contato com o Serviço Social, visto

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS) e graduada em Serviço Social e História, ambos pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes). E-mail: camila.silva.04@edu.ufes.br

<sup>2</sup> Mestre em Serviço Social (UFJF), assistente social, coordenadora e professora do curso de Serviço Social do Centro Universitário UNIFACIG. E-mail: jaqueline.miranda@sempre.unifacig.edu.br

que a atuação junto às políticas sociais configura o principal *locus* de trabalho de assistentes sociais. Diante disso, acreditamos que o entendimento adquirido sobre as expressões da questão social dota o/a assistente social com um aparato teórico-metodológico propício a atuar com os mais diversos segmentos da sociedade, ao mesmo tempo em que reconhece as particularidades dos sujeitos sociais. O que não deixa de ser uma atividade desafiadora.

Nesse sentido, foi realizada pesquisa com cinco trabalhos encontrados na área do Serviço Social, a maioria com foco no campo da assistência social, para averiguar como vem ocorrendo essa atividade e compreender as atribuições do/a assistente social no atendimento a imigrantes. Foram analisadas quatro dissertações e uma tese, que em comum demonstram o longo caminho que o Serviço Social ainda tem que percorrer quando se trata de sua relação com essa população usuária. Durante as análises foi-se observado as demandas apresentadas em cada trabalho de acordo com os objetivos propostos.

Nota-se potencialidades no atendimento a imigrantes pelo Serviço Social, tendo por base os princípios ético-políticos da profissão, bem como a formação profissional. Destaca-se a inserção do Serviço Social enquanto profissão especializada na divisão sociotécnica do trabalho, atentando tanto ao seu processo de trabalho, quanto ao processamento do seu trabalho. A incidência da estrutura global capitalista sobre as condições de trabalho de assistentes sociais, bem como sobre as vidas daqueles que procuram o Serviço Social (ou são encaminhados) não é desconsiderada. São eixos centrais para o debate: trabalho, território, cidadania e sujeitos sociais, sendo que em cada produção esses eixos aparecem de forma explícita ou não.

Dessa forma, o presente trabalho trata-se de pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e exploratória, dado que a partir do resultado encontrado em buscas, a ação de assistentes sociais com imigrantes é um tema com lacunas de investigação ao Serviço Social. O levantamento dos trabalhos foi realizado na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), em Junho de 2023. A escolha por essa base justifica-se por se tratar de fonte confiável, com vasta gama de produções acadêmicas encontradas. Para busca na plataforma, foram utilizadas as palavras-chave “Serviço Social e migração”, e obteve-se um total de 190 trabalhos, entre teses e dissertações. Procedemos à leitura dos resumos para verificar se todos tinham vinculação

com o problema de pesquisa. Desse resultado, percebeu-se que apenas cinco tratam efetivamente da perspectiva do Serviço Social frente ao fenômeno migratório internacional.

No presente trabalho, na primeira sessão são apresentados entraves encontrados à uma atuação mais consistente dos/as profissionais do Serviço Social com imigrantes; em seguida aborda-se como o acesso às políticas representa apenas certa melhoria, pois possibilitam o alcance de direitos, mas estes estão vinculados a uma ideia de cidadania configurada em padrões burgueses. A seguir discorre-se, ligeiramente, sobre como as instabilidades conjunturais no atendimento de assistentes sociais e nas políticas sociais contribui para a refilantropização da questão social, e por fim parte-se para as considerações finais.

## **2 Empecilhos ao exercício profissional de assistentes sociais junto a imigrantes**

Com o avanço do capital financeiro e a chamada globalização, os processos de exploração se acentuam e os fluxos migratórios ficam mais intensos, da mesma forma as condições de trabalho também vêm sendo deterioradas. A classe trabalhadora se vê envolta em um cenário de extrema complexidade e parte em busca de variadas formas para assegurar sua sobrevivência, dentre elas o ato de migrar.

Na década de 1970, a reorganização do sistema capitalista gerou uma reorientação dos fluxos migratórios e alterou a dinâmica de todas as partes envolvidas (ANTUNES, 2007). Assim, tal período é o marco temporal do qual partem as produções acadêmicas analisadas para esta pesquisa. Os trabalhos têm objetivos variados, mas todos partem da prática para observar como tem ocorrido o acolhimento e o atendimento a imigrantes nos equipamentos da assistência social. Santos (2018) busca avaliar a qualidade do acesso no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Paranavaí/PR, onde observou-se uma forte entrada de haitianos/as; Melo (2021) traça paralelos entre as políticas migratórias do Brasil e da França e como elas se apresentam no trabalho social; Rocha (2020), observa o atendimento de venezuelanos/as em Manaus/AM; Jorge (2016), realiza seu estudo nos CRAS da cidade de São Paulo, onde se percebe uma forte presença boliviana; e Sachini (2021), observa o trabalho de assistentes sociais no CRAS de Corumbá/MS, com imigrantes bolivianos/as. No quadro a seguir, estão relacionados os trabalhos selecionados.

### QUADRO 1: Produções selecionadas para coleta de dados para análise

Título	Autoria	Tipo de Produção	Ano	Local
O trabalho profissional dos assistentes sociais com os venezuelanos em situação de imigração e refúgio: os desafios na proteção social especial da política de assistência em Manaus.	Kelly Borges de Almeida Rocha	Dissertação	2020	Universidade Federal do Amazonas
Imigrantes nos territórios: qualidade do acesso e os desafios para a política de assistência social.	Amanda de Barros Santos	Dissertação	2018	Universidade Estadual de Londrina - PR
O trabalho dos assistentes sociais, migração na França e no Brasil e o combate às exclusões.	Sabrina Rodrigues de Melo	Dissertação	2021	Pontifícia Universidade Católica - SP
Os/as imigrantes bolivianos/as atendidos/as no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Itinerante – na cidade fronteiriça de Corumbá/MS.	Natália Buginga Ramos da Costa Sachini	Dissertação	2021	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
O trabalho social com famílias bolivianas nos Centros de Referência de Assistência Social da Cidade de São Paulo.	Camila Felice Jorge	Tese	2016	Pontifícia Universidade Católica - SP

Fonte: Levantamento realizado no portal da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) - Sistematizado por Camila Bianchi Silva, em Jul./2023.

A partir da análise sobre as produções acadêmicas, percebe-se que obstáculos com os quais se deparam assistente sociais vêm do plano macro. São as contradições entre capital e trabalho que colocam a classe trabalhadora em condições miseráveis e afetam todos os demais segmentos da vida cotidiana. Assim, a inserção do Serviço Social na divisão sócio-técnica do trabalho, considerando a complexidade do modo de produção capitalista, precisa ser levada em consideração. A discussão das expressões da questão social a partir do olhar dos profissionais do Serviço Social foi um objeto comum nos trabalhos, que apontam que os/as profissionais têm entendimento da ligação dos processos migratórios com a dinâmica capitalista.

As adversidades encontradas nesse setor trazem questionamentos a respeito das possibilidades de contornar tais situações, ancoradas na ideia de que são as alterações

estruturais do capitalismo global que tem promovido a degradação não só das condições de vida dos sujeitos, mas também das condições de trabalho e da proteção social. Entendendo, assim, a importância de se compreender os mecanismos dos fenômenos migratórios, de modo a não culpabilizar os sujeitos.

No que diz respeito ao processamento do trabalho, as inúmeras dificuldades com as quais se deparam os/as assistentes sociais no atendimento a imigrantes foram amplamente anunciadas. O primeiro elemento que vem à tona quando se trata de atendimento a imigrantes é o idioma. Muitos equipamentos da assistência social não contam com tradutores, assim como profissionais desconhecem uma segunda língua. A solução encontrada por imigrantes para terem acesso a atendimentos é se fazerem acompanhar por um/a intermediário/a, que muitas vezes é uma criança, que por frequentar escolas brasileiras tem um pouco mais de conhecimento do português. Contudo, isso acaba por afetar a qualidade desses atendimentos, pois para uma criança o linguajar técnico/burocrático pode ser de difícil compreensão, logo orientações podem ser perdidas. (SANTOS, 2018). Fica evidente a importância de formações e capacitações para profissionais de acordo com seu escopo de trabalho, assim como de uma estrutura apropriada e uma equipe preparada nos equipamentos sociais.

O desconhecimento do normativo e regulações da profissão, por parte de gestores, estorvam o estabelecimento de um processo de trabalho. Isso tem sido apresentado como uma ‘pedra no calcanhar’ do Serviço Social, em especial quando se trata do trabalho em equipe. Nos trabalhos analisados, as autoras apontaram a importância do estabelecimento de uma rede articulada para atendimentos e encaminhamentos. Distanciar-se de uma postura messiânica, ou sectária, e estabelecer vínculos faz-se essencial no estabelecimento do processo de trabalho do Serviço Social. E mais, essas situações também se mostram como empecilhos no estabelecimento de uma relação de confiança entre profissionais e usuários/as. O medo é uma constante entre imigrantes (JORGE, 2016), dada a sua condição de chegada em um ambiente que lhe é desconhecido.

As diferenças culturais também se mostram um desafio para alguns/as trabalhadores/as. Nesse sentido, é preciso ter atenção para que práticas discriminatórias não sejam reproduzidas. Melo (2021), destaca a importância do trabalho do/a assistente social no atendimento a imigrantes no combate às exclusões.

Merecem destaque, então, os instrumentais da profissão que podem possibilitar um atendimento mais efetivo, tais como: acompanhamento social, acolhida social, escuta qualificada. Yolanda Guerra (2000), assinala que a instrumentalidade é

Uma propriedade e/ou capacidade que a profissão vai adquirindo na medida em que concretiza objetivos. Ela possibilita que os profissionais objetivem sua intencionalidade em respostas profissionais (p. 2)

O aparato teórico-metodológico e a formação do/a assistente social lhe dão uma instrumentalidade que o permite elaborar intervenções adequadas de modo a atender da melhor forma possível aquele que o procura, dentro de suas peculiaridades. Guerra (2013), ressalta a importância de uma instrumentalidade crítica, competente e compromissada, dada a natureza interventiva da profissão. É no exercício profissional das condições objetivas que o/a assistente social vai fazer suas escolhas para uma ação, um atendimento. Assim, as atribuições e competências dos/as assistentes sociais os/as habilitam para o atendimento a imigrantes, um segmento que demanda uma atenção especializada e captada a partir da realidade do usuário, que via de regra tem sido invisibilizado.

### **3 Direitos limitados, melhorias limitadas**

É comum a todas as autoras, a relação entre a garantia de direitos e acesso à cidadania. Embora se trate de uma cidadania burguesa, (ou seja, limitada e excludente), em um cenário de privações extremas representa algum alento - em especial a pessoas que deixam 'suas vidas' para trás a fim de recomeçarem e buscarem novas oportunidades para suas famílias.

Jorge (2016) ressalta a relação entre pobreza e cidadania: por mais que a cidadania, o acesso a direitos, garantam algum avanço, aos extremamente empobrecidos ela apresenta um caráter fortemente excludente, revelando as “antinomias entre pobreza e cidadania” (p. 113). Há concordância entre as autoras dos trabalhos analisados que através da garantia de direitos, por meio das políticas sociais, se alcança cidadania; mas todas frisam o caráter contraditório das políticas sociais, assim como o perfil burguês da ideia que se tem da cidadania no mundo contemporâneo. Assim sendo, Sachini (2021) destaca que pensar imigração implica refletir o modo de produção capitalista e seus processos de exclusão no acesso e garantia de direitos. Santos (2018) também

compartilha da ideia da associação das migrações a mecanismos de seleção, isto é, processos excludentes.

Nesse sentido, as autoras abordam a estrutura das políticas sociais, como são construídas e efetivadas, dentro do sistema capitalista. Analisam como se dá a atuação de assistentes sociais na construção dessas políticas. Da mesma forma, sinalizam a falta de participação social nesses processos. Mais uma vez, sinalizam a fragilidade da cidadania, que apesar de se dizer democrática, opera de forma que não permite a expansão da própria democracia. Há, assim, o destaque na importância de qualificar essa cidadania, isto é, ultrapassar a cidadania burguesa.

O acesso a direitos pode ser um facilitador do complexo processo de integração de imigrantes em território nacional. Mas Santos (2018), indica que a qualidade desse acesso é um fator determinante, uma vez que a simples existência de recursos ou legislação sobre não garantem o acesso. Nesse prisma, inclusive, muitos imigrantes demonstram certa frustração com relação à proteção social brasileira. Um direito legislado não é necessariamente visto na prática.

O Serviço Social ao mediar a relação de imigrantes com a sociedade brasileira favorece a legitimação social da acolhida, levando em consideração que muito do que é legislado envolvendo imigrantes, na prática se mostra bem diferente. Legislações e acordos internacionais de proteção a imigrantes, algumas vezes colidem com regulamentos locais, que acabam por limitar o acesso condicionando-o ao estado regulatório do/a imigrante. A própria Lei de Migração estabelece a condição de igualdade entre imigrantes e nacionais, assim como seus direitos:

Art. 4º: Ao imigrante é garantida no território nacional, em condição de igualdade com os nacionais, a inviolabilidade dos direitos à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como são assegurados: (...) VIII – acesso a serviços públicos de saúde e de assistência social e à previdência social, nos termos da lei, sem discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória (BRASIL, 2017)

Jorge (2016) salienta que as políticas públicas não contemplam imigrantes, conduzindo a uma integração precária. Entretanto, o atendimento no Sistema Único de Assistência Social (Suas) independe da condição migratória, principalmente porque envolve a possibilidade de se prevenir situações de riscos.

Rocha (2020) aponta que o exercício profissional do/a assistente social é um elemento que pode fortalecer a proteção social. É um/a profissional quem tem entre suas

competências, apontadas na lei 8.662/1993: “V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos” (BRASIL, 1993). Tal competência, mais que uma capacidade é uma questão ética presente no Código de Ética da profissão:

Artigo 5º: (...) c- democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos/as usuários/as;

Artigo 6º: É vedado ao/à assistente social: [...] c- bloquear o acesso dos/as usuários/as aos serviços oferecidos pelas instituições, através de atitudes que venham coagir e/ou desrespeitar aqueles que buscam o atendimento de seus direitos (CFESS, 2012)

Vale ressaltar a forte relação entre trabalho e proteção social. A maior parte dos benefícios está vinculada ao trabalho formal, todavia a informalidade tem sido a tônica. E imigrantes não fogem à regra. Segundo relatório do Observatório das Migrações Internacionais, OBMigra, entre 2011 e 2019, 1.085.673 imigrantes foram amparados legalmente no Brasil, destes 147 mil tinham trabalhos formais, com carteira assinada, isto é, menos de 15% (CAVALCANTI, OLIVEIRA, MACEDO, 2020). Assim, a falta da formalidade empregatícia pode colocar alguns estorvos à obtenção de benefícios, ao acesso a direitos.

Nos trabalhos analisados foi possível observar a centralidade da categoria Trabalho na sociedade capitalista. É elemento presente na origem de fluxos migratórios tanto como estímulo, quanto como direcionador dos fluxos. A reestruturação produtiva é amplamente apontada como responsável pela ampliação da precariedade das condições de trabalho tanto dos imigrantes nos territórios em que chegam, quanto dos profissionais dos aparatos públicos que os recebem.

#### **4 Espaço para a refilantropização da Questão Social**

A ausência e/ou omissão do Estado no atendimento específico a imigrantes é corrente. No Brasil, quando se trata de atendimento específico a imigrantes, a maior parte está associada a organizações privadas ou religiosas. Melo (2021) e Jorge (2016) relacionam e apresentam, brevemente, organizações que trabalham com migrantes - nenhuma delas pública, no máximo uma com parceria público/privada. É a Polícia Federal ou o Ministério da Justiça e Segurança Pública que trata das questões relativas à



migração no Brasil, como em muitos países do mundo, condição que propicia criminalização das migrações.

Com o neoliberalismo, cada vez mais o Estado vem sendo posto de parte (ROCHA, 2020) e isso tem favorecido o sucateamento dos serviços, bem como a insegurança de seus trabalhadores, ao desmontar as garantias dos/as servidores/as. Esse desmonte não permite ao/à assistente social responder certas demandas, dada sua condição também precarizada de trabalhador/a assalariado/a. Mas, Rocha (2020) substancia que a prática do Serviço Social está ligada a interesses de classe, reforçando a relevância do/a assistente social defender seu plano de trabalho e ratificar seu compromisso ético.

O Serviço Social vem sendo colocado ‘de lado’ e prevalecendo sobre ele a filantropia. A reatualização do conservadorismo presente nesse contexto tem apagado cada vez mais as conquistas da Constituição de 1988. As contrarreformas neoliberais têm inviabilizado a universalização das políticas sociais, em detrimento de práticas focalizadas, imediatistas, residuais e seletivas. A nova arquitetura institucional na área social privilegia o serviço voluntário, desprofissionalizando a intervenção (BEHRING; BOSCHETTI, 2011). Na escassez de políticas públicas vemos aumentar as requisições ao Serviço Social e a intensificação das demandas do seu trabalho.

Afinal, da nova dinâmica de acumulação capitalista, a apropriação de novos mecanismos de regulação econômica do capital, além de criar novas modalidades de proteção social (a partir de limites à universalização do excedente econômico constitutivos das políticas sociais e revelados em conquistas e direitos sociais) deram novos significados às políticas sociais. Desta resignificação, que desvincula os trabalhadores da classe, emergiram novas propostas de gestão da pobreza e do desemprego (SANTOS, 2016, p. 12)

Fica evidente que não são os fluxos migratórios que impactam na prestação de serviços sociais, e sim as contradições inerentes do sistema capitalista, visto que a própria estrutura desses serviços já não é apropriada, e com o neoliberalismo se tornam ainda mais precárias. É a dinâmica do valor e a luta de classes que alteram as políticas sociais. Assim, o social vai sendo escamoteado. Santos (2016), indica que

Romperam-se os padrões de cidadania e proteção social do século XX e o contrato entre capital e trabalho que referendava direitos e deveres entre cidadão e o Estado que perdurou até o final dos anos 1960” (p. 12)

O caminho que se trilha ruma à barbárie.

Ao realizarem estudos levando em consideração a totalidade do sistema capitalista, as autoras apresentam alguns elementos que explicitam como as desigualdades sociais, nos mais variados países, incidem na relação com poder público, em especial dos países periféricos<sup>3</sup> - de onde uma massa empobrecida migra e ao chegar em um novo espaço precisa recorrer aos serviços públicos.

Por exemplo, Santos (2018), cita que uma adversidade encontrada por assistentes sociais está relacionada ao próprio entendimento sobre a assistência social por parte dos imigrantes, em países que não contam com esse tipo de serviço e por isso, tendem a interpretar a assistência social como uma ajuda, não a acessando como um direito:

Relação que elas estabelecem com o CRAS e a ajuda, demonstrando uma clara ausência de divulgação e trabalho das unidades em explicar de forma consistente o papel da política de assistência social e das ações que a constituem (...) redução do potencial do PNAS, com ações pautadas na pontualidade das necessidades sociais (...) indicador de acesso (...) barreiras de informação, que devem ser adequadas a culturas, idioma e entendimento (...) organizacionais (...) ausência de formas específicas de acolhimento, de recursos humanos sensibilizados a demanda (SANTOS, 2018, p. 135)

Esse elemento acaba por favorecer a refilantropização da questão social. As dificuldades encontradas no acesso ao serviço público, faz com que o setor privado se ocupe e se amplie no atendimento a imigrantes. A partir do discurso neoliberal enfatiza-se a ineficácia do setor público em contrapartida à suposta, eficiência do âmbito privado (JORGE, 2016), com modelos de gestão gerenciais. São inúmeras as instituições que atendem esse segmento populacional no Brasil no âmbito privado.

Isso acaba por criar no imaginário social visões distorcidas do que se é um direito, convertendo as respostas às expressões da questão social em apelo por ajuda humanitária, sem relação com as estruturas do capitalismo. Não é incomum vermos manifestações de instituições filantrópicas fazendo tal dissociação.

---

<sup>3</sup> Jorge (2016) apresenta a Teoria Marxista da Dependência em seu trabalho, embora de forma sucinta, ao destacar o papel das relações do capitalismo mundial e as sociedades periféricas da América Latina.

## 5 Considerações finais

O posicionamento do Serviço Social, apesar da carência de debate sobre a profissão nessa área, se mostra promissor e esclarecido ao entender que fluxos migratórios são processos complexos originados da contradição capital *versus* trabalho. Em todas as dissertações e na tese analisadas fica latente essa percepção dos profissionais do Serviço Social. Nesse sentido, Iamamoto (2008) destaca que: “Pensar o Serviço Social na contemporaneidade requer os olhos abertos para o mundo contemporâneo para decifrá-lo e participar da sua recriação” (p. 19).

Os entraves vêm das condições de trabalho, advindas da reestruturação produtiva, que indicam um caminho de individualização das expressões da questão social e constante precarização e desmonte do mundo do trabalho. Assim, o processo de trabalho do/a assistente social esbarra em limites institucionais, contudo, como ressaltado pelas autoras, o perfil propositivo e interventivo da profissão abre perspectivas para ações que tragam certa melhoria nas condições de vida dos sujeitos sociais que procuram o Serviço Social. O que não se traduz em algo simples, mas que Iamamoto (2008) aponta como tarefa do/a assistente social “construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo” (p. 20). Isso implica o envolvimento dos/as assistentes sociais não apenas no cotidiano de trabalho, mas também na elaboração de políticas públicas - atividade destacada como uma das competências desse profissional, no artigo 4º, inciso 1º, da lei 8.662/93:

Artigo 4º - Constituem competências do assistente social: I – Elaborar, complementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares (BRASIL, 1993)

Assim, há avanços ao observarmos a preocupação de assistentes sociais com o atendimento a imigrantes, assim como na melhoria e adaptação de alguns instrumentos de trabalho. O atendimento não pode ser homogeneizado, uma vez que imigrantes trazem demandas peculiares. É importante o estabelecimento de uma legislação que considere as particularidades dos imigrantes. Nos trabalhos analisados há indicações de que têm sido elaboradas normativas que orientam o trabalho com imigrantes - embora ainda escassas e com poucas orientações. Nesse sentido, esse fator foi apresentado como uma limitação a um atendimento mais profícuo a imigrantes e estabelecimento de um processo

de trabalho sólido.

Jorge (2016) destaca que a oferta de serviços socioassistenciais à população imigrante pretende favorecer a autonomia e integração do mesmo; são objetivos de trabalho semelhantes aqueles que a assistência social tem para cidadãos/ãs brasileiros/as, mas que ocorre através de um processamento de trabalho diferente. Assim, há um processo de trabalho que deve reconhecer a especificidade de uma dada demanda. Leis específicas para imigrantes se operacionalizam de forma articulada com a leitura do/a profissional que realiza um atendimento. Ademais, “são os profissionais que dão materialidade às ações na oferta dos serviços” (ROCHA, 2020, p. 114).

Mais uma vez, recorrem a importância da instrumentalidade do Serviço Social, em todas as suas dimensões (teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política), através da qual o profissional pode articular seus instrumentos para ressignificar os serviços atendendo as especificidades desse público e alcançar êxito na intervenção (ROCHA, 2020).

O desconhecimento das ações e frentes de trabalho dos equipamentos públicos de assistência social, muitas vezes pode protelar um atendimento e até ampliar condições de risco e vulnerabilidade social. É importante a criação de uma metodologia de trabalho para essa demanda, ela não pode ficar invisível. O conhecimento dos equipamentos e da rede socioassistencial auxilia a realização de encaminhamentos acertados, que geram menos ônus aos/às usuários

O Estado não ocupa um grande espaço nos debates das autoras, mas têm o entendimento desse subordinado à esfera econômica, em especial nos anos mais recentes de domínio do capital financeiro, que se expressa retoricamente no neoliberalismo e constrange o social. Ele é fruto das relações de poder e seu papel histórico na estruturação do capitalismo não pode ser omitido. Na contemporaneidade é reduzido a funções básicas e limitadas, a ‘socorrer’ os miseráveis dentre os miseráveis. Com o Estado voltado aos interesses do capital, a classe trabalhadora fica a contar com poucos serviços, e de baixa qualidade. Vê-se que, analisar criticamente a condição do imigrante envolve interrogar a estrutura do Estado e seu funcionamento, isso implica desnaturalizar e salientar o caráter histórico das relações sociais.

Assim, as dificuldades que estorvam o atendimento a imigrantes nos equipamentos da assistência social estão ligadas as contradições entre capital e trabalho. É preciso um esforço coletivo para que os atendimentos ocorram da melhor forma possível, dentro da realidade de trabalho dos/as assistentes sociais, pois as pessoas imigrantes têm demandas imediatas. Como observado por Rocha (2020)

Viu-se, como a assistência social, não de forma isolada, mas integrada com as demais políticas, é capaz de garantir e assegurar direitos, mesmo envolta em precariedades estruturais e históricas (p. 18)

Por meio dos direitos sociais, civis, políticos e ambientais, é viável uma melhor qualidade de vida às pessoas (SACHINI, 2021). Por eles se oportuniza a cidadania, que temos ao alcance, oferecendo suporte a inserção no ordenamento social brasileiro.

Em suma, há convergência quanto a pertinência do atendimento a imigrantes por assistentes sociais. Entretanto, melhorias tem de ser executadas e algumas direções são apontadas, tais como: adequar o instrumental, contratar imigrantes nos serviços públicos, reconfigurar ações e serviços da proteção social, elaborar planejamentos, realizar análises e fortalecer os espaços democráticos - incluindo a participação dos usuários.

Por fim, vale salientar a dimensão educativa do Serviço Social e sua perspectiva emancipatória, havendo aí a possibilidade da construção de procedimentos metodológicos apropriados para uma acolhida adequada a imigrantes, dando visibilidade a estes. E mais, o mérito da formação continuada visto que as constantes reorganizações do capital carregam novas formas e exploração da classe trabalhadora. Então, um profissional consciente das dinâmicas estruturais é capaz de fugir senso comum (ideias que carregam uma grande carga de preconceito), e executar suas atividades de forma propositiva e crítica. O projeto ético-político da profissão almeja trilhar um caminho que conduza ao fim da exploração da classe trabalhadora.

## Referências

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 12 ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2007.

BEHRING, Elaine R; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história.** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: Constituição (planalto.gov.br). Acesso em: 28 mai. 2023.

\_\_\_\_\_. Lei no 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1993. Disponível em: L8662(planalto.gov.br). Acesso em: 17 jun. 2023.

\_\_\_\_\_. Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2017. Disponível em: L13445 (planalto.gov.br). Acesso em: 21 jun. 2023.

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M. Imigração e Refúgio no Brasil. **Relatório Anual 2020.** Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2020. Disponível em: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (Org.). **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão.** 10a. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012. Disponível em: CEP\_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 01 mar. 2022.

GUERRA, Yolanda. Racionalidades e Serviço Social: o acervo técnico-instrumental em questão. In: SANTOS, Cláudia M. dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda. (Orgs.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos.** 2 ed. Juiz de Fora: UFJF, 2013.

\_\_\_\_\_. A instrumentalidade no trabalho do assistente social. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social.** CEFESS/ABEPSS – UnB, 2000. Disponível em: AINSTRUMENTALIDADE NO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL (uel.br). Acesso em: 19 jun. 2023.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 14 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

JORGE, Camila F. O trabalho social com famílias bolivianas nos centros de referência de Assistência Social da cidade de São Paulo. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, São Paulo, p. 184. 2016. Disponível em: Camila Felice Jorge.pdf (pucsp.br). Acesso em: 03 set. 2022.

MELO, Sabrina R. de. O trabalho dos assistentes sociais, migração na França e no Brasil e o combate às exclusões. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social, São Paulo, p. 94. 2021. Disponível em: REPOSITÓRIO PUCSP: O trabalho dos assistentes sociais, migração na França e no Brasil e o combate às exclusões. Acesso em: 28 ago. 2022.

ROCHA, Kelly B. de A. O trabalho profissional dos assistentes sociais com os venezuelanos em situação de imigração e refúgio: os desafios na proteção social especial da política de assistência social em Manaus. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, Manaus, p. 186, 2020. Disponível em: Dissertação\_KellyRocha\_PPGSS.pdf (ufam.edu.br). Acesso em: 15 set. 2022.

SACHINI, Natália B. R. da C. Os/as imigrantes bolivianos/as atendidos/as no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS Itinerante - na cidade fronteira de Corumbá/ MS. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - Campus Pantanal, Programa de Pós-graduação em Estudos Fronteiriços, Corumbá, p. 115, 2021. Disponível em: VERSÃO FINAL DISSERTAÇÃO (1) (1).pdf (ufms.br). Acesso em: 02 set, 2022.

SANTOS, Amanda de B. Imigrantes nos territórios: qualidade do acesso e os desafios para a política de assistência social. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social, Paraná, p. 174. 2018. Disponível em: SistemaNou-Rau: Biblioteca Digital da UEL. Acesso em: 25 ago. 2022.

SANTOS, Cleusa. Mobilidade do capital e barreiras às migrações: desafios à política social. *Argumentum*. Vitória, v. 8, n. 3, p. 8-20, set./dez. 2016. Disponível em: Vista do Mobilidade do capital e barreiras às migrações: desafios à Política Social (ufes.br). Acesso em: 24 jun. 2023.